

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



É PRA CURAR OU PRA VENDER? Reflexões acerca da medicalização da vida e saúde mental na contemporaneidade

Daniela de Carvalho Ciriaco¹

Isadora de Souza Alves²

RESUMO

O presente artigo tem como tema a medicalização da vida e os reflexos de uma sociedade capitalista na contemporaneidade. Apresenta como objetivos: compreender as relações entre saúde mental e medicalização excessiva; apontar como o desemprego e a estrutura neoliberal influenciam na saúde mental da população; discutir sobre os índices de medicalização durante o período pandêmico. Utiliza como ferramenta metodológica a pesquisa bibliográfica. Conclui que a medicalização excessiva é um caminho facilitador na reprodução de uma vida tão imediatista como na sociedade capitalista, sendo uma alternativa de tratamento em períodos pandêmicos, que dialoga com a saúde mental tão fragilizada da população.

Palavras-chave: saúde mental; medicalização; pandemia; capitalismo; desemprego.

ABSTRACT

The present article has as its theme the medicalization of life and the reflexes of a capitalist society in contemporary times. Its objectives are: to understand the relationship between mental health and excessive medicalization; to point out how unemployment and the neoliberal structure influence the mental health of the population; discuss the rates of medicalization during the pandemic period. It uses bibliographic research as a methodological tool. It concludes that excessive medicalization is a facilitating path in the reproduction of a life as immediate as in capitalist society, being an alternative treatment in pandemic periods, which dialogues with the mental health so fragile of the population.

Keywords: mental health; medicalization; pandemic; capitalism; unemployment.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ; Mestre; carvalho.danielaphn@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ; Mestre; isa92alves@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

A discussão em saúde mental amplia muitos debates sobre a loucura e normalidade, porém, o debate se estende por um campo maior, que vai além dos estigmas e tabus que envolvem este tema. Sendo assim, a proposta deste artigo é contribuir nas discussões sobre saúde mental e sua relação com o mundo do trabalho.

Compreender o lugar em que os indivíduos em sofrimento psíquico são realocados na sociedade, respeitá-lo e entender que o diagnóstico não define o indivíduo é um importante passo na construção de uma sociedade que respeita a “loucura”, e não interprete a pessoa em sofrimento psíquico como doente, e sim como um sujeito capaz de estar em comunidade.

A medicalização da vida é apresentada neste trabalho como um reflexo das relações entre capitalismo e a indústria farmacêutica. O avanço da tecnologia, a acumulação flexível e as relações de produção são determinantes para se pensar uma nova relação com os remédios? O cotidiano de uma sociedade em tempos de pandemia teria buscado nas medicações um alívio imediato? Estes questionamentos permeiam os debates propostos neste trabalho.

Deste modo, os objetivos do artigo buscam compreender as relações entre saúde mental e medicalização da vida; apontar como o desemprego e a estrutura capitalista influenciam na saúde mental da população e além de discutir sobre os índices de medicalização durante o período pandêmico. Conclui-se que a medicalização da vida é uma combinação eficiente entre as condições de trabalho, desemprego e alternativas paliativas e imediatistas para a realidade adoecedora de um sistema capitalista.

2 A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA

A compreensão dos tratamentos em saúde mental perpassa por várias propostas ao longo dos séculos. Isolamento, eletrochoque, lobotomia e medicação

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



são alguns que já fizeram e ainda fazem parte das opções oferecidas como tratamentos para sujeitos em sofrimento psíquico. A proposta deste artigo é dialogar com um destes tratamentos: a medicalização.

Atualmente, os diagnósticos de transtornos mentais ampliam as discussões do que representa ou não a normalidade. Investe-se no tratamento de doenças que possuem diagnósticos inconclusivos ou equivocados, pelos quais são utilizados números relevantes de psicofármacos como tratamento. Interpreta-se que o poder de ditar as doenças e o uso dos medicamentos tenham surgido através de duas grandes potências: a indústria farmacêutica e o sistema capitalista.

Após a Segunda Guerra Mundial em 1945, a atenção para as descobertas medicinais tivera um expressivo avanço. Desde então, a indústria farmacêutica se consagrou com a criação dos hormônios e antibióticos, vacinas e medicamentos que além de curar, também previnem. Os reflexos desses avanços também chegam até o campo da saúde mental. A sociedade que interpretava os problemas psíquicos como incuráveis e passivos de isolamento, agora teria um novo caminho a ser construído: os psicofármacos.

Para que a medicina e a indústria farmacêutica tivessem sua promoção, tornou-se necessário a criação de uma política de novos doentes, que consomem seus diagnósticos inconclusivos e suas drogas psiquiátricas. Um dependente do outro. O poder psiquiátrico de ditar as regras e normas contribui para grande parte do crescimento da indústria farmacêutica. (FOUCAULT, 2006)

Ora, essa exaltação se produz numa época em que o poder médico encontra suas garantias e suas justificações nos privilégios do conhecimento: o médico é competente, o médico conhece as doenças e os doentes, detém de um saber, o autoriza a intervir e a decidir. O poder que o asilo dá ao psiquiatra deverá, portanto, se justificar (e se mascarar ao mesmo tempo como superpoder primordial) produzindo fenômenos integráveis à ciência médica. (FOUCAULT, 2006, p. 446)

Esse poder psiquiátrico vai além da proposta de tratamento. O caráter terapêutico fica em segundo plano, pois as relações hierárquicas encontradas nos hospitais psiquiátricos funcionam como um regime, uma regularidade, uma forma de isolar a “loucura”, influenciando aqueles sujeitos a acreditarem nos seus delírios e nos diagnósticos que recebem. Percebe-se o quão interligado está a medicina e a

PROMOÇÃO



indústria farmacêutica, uma promovendo o sustento da outra. Uma indústria que fornece ao mesmo tempo a doença e a cura. (FOUCAULT, 2006)

A sociedade está realmente saudável ou consumindo e comprando saúde através das medicações? O questionamento dialoga com a lógica intrínseca no debate apresentado acima, pois os reflexos de uma relação entre saúde, doença e medicalização, advém do próprio sistema capitalista que contribui para uma sociedade dependente da indústria farmacêutica. Segundo Freitas e Amarante (2015, p. 34), “tendo em vista que para sermos sujeitos nos sujeitamos ao poder médico-farmacológico, conseqüentemente menos sujeitos somos em relação ao nosso pensamento, ao nosso modo de agir e ao que sentimos.”

Ao apontar a relação entre saúde mental e o sistema capitalista, encontra-se uma prática medicamentosa que se torna cada vez mais comum na sociedade. Segundo Barbosa (2006, p. 91-92), “a busca da medicalização através da indústria farmacêutica e do tratamento baseado em remédios como saída para o atendimento em massa”, funcionam para o sistema como alternativa de tratamento barata e lucrativa na maioria dos casos.

Portanto, o diagnóstico ou a procura de sinais que representem um transtorno mental está cada vez mais naturalizado nos últimos anos. Em entrevista, Caponi (2014) fala sobre os comportamentos das crianças que apresentam atitudes de birras e irritabilidade, alegando que essas ações são representadas como transtornos mentais e que a identificação desses transtornos é baseada em uma contagem de sintomas, sem correlação ao que antecede ou justifica tais modos. As vestimentas, cortes de cabelos, tonalidade de voz, atitudes e até mesmo o estado emocional revelam muito sobre os indivíduos e o meio em que vivem. (HELMAN, 2003)

Uma vez rotulado como mentalmente doente, o indivíduo fica sujeito a uma série de sinais culturais que determinam como ele deve desempenhar seu papel; isto é, ‘a pessoa mentalmente doente aprende a ser doente de uma maneira que possa ser compreendida por essa sociedade em particular’. Uma vez rotulado, o indivíduo passa a depender da sociedade em geral para que possa ser ‘desrotulado’ e dispensado do papel de doente, sendo que, em alguns casos, ele talvez não consiga libertar-se desse papel. (HELMAN, 2003, p. 229)

PROMOÇÃO



APOIO

Nesse sentido, para que se sinta participante de uma sociedade com padrões de “normalidade”, os sujeitos com diagnósticos de transtornos mentais e os anteriormente institucionalizados em manicômios ou hospitais psiquiátricos são condicionais a conviver com as exigências sociais impostas, habituando-se com os conceitos da própria sociedade e cultura em que se encontra.

Segundo Freitas e Amarante (2015), a medicina passa a integrar-se no cotidiano dos indivíduos. Inicia-se uma influência de regras, o que deve ou não ser feito para uma vida melhor, como, por exemplo: dormir, comer e trabalhar. A partir do momento que se torna possível investigar, questionar e diferenciar o normal do patológico, nada pode escapar dos olhares medicinais.

A ideia de prevenção ganha mais força e proporciona para a medicina poderes e controles ainda mais amplos. Nada mais parece constituir uma falta de vontade, preguiça ou timidez e sim, um diagnóstico de saúde mental. Cada comportamento ou ação compõe, para a medicina, uma explicação patológica. Perpassa por uma questão: ter saúde é conseguir lidar com todas as demandas cotidianas? (FREITAS; AMARANTE, 2015)

O excesso de medicalização pode ser interpretado como um novo mecanismo de aprisionamento, no qual bloqueia-se os sintomas a qualquer custo, considerando que estes são expressões da doença. Porém, a questão em discussão é que não existem medicamentos para todas as expressões e sentimentos dos indivíduos. Nem tudo precisa ou deve ser curado. É preciso questionar: quais efeitos psíquicos são medicados sem o tratamento devido a causa?

A medicação psiquiátrica é essencial para tratar os verdadeiros problemas psiquiátricos, mas não são eficazes para os problemas cotidianos enfrentados pelas pessoas e pela sociedade. Um diagnóstico psiquiátrico preciso pode melhorar muito a vida de uma pessoa. Mas um impreciso provoca estigma e leva a tratamentos desnecessários. (FRANCES, 2016, s.n.)

Portanto, este trabalho não tem a intenção de influenciar a exclusão dos psicofármacos, nem aplicar críticas quanto ao uso necessário desse tipo de tratamento, sobretudo, busca ampliar o debate sobre o excesso e uso dos medicamentos, e como se dão os processos para a utilização dos mesmos.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

3 SAÚDE MENTAL E NEOLIBERALISMO: quais os reflexos desta relação?

As primeiras estratégias no campo da saúde mental eram baseadas na hospitalização. Um sistema hospitalar muito semelhante às prisões, exércitos e até mesmo dos conventos; essas três principais instituições são denominadas por Goffman (2008) de: instituições totais. As mesmas possuem um conjunto de regras, vigilância, estrutura e funcionamento baseados praticamente na ideologia da repressão que são semelhantes.

As instituições totais, segundo Goffman (2008), funcionam como “estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2008, p. 22). Entende-se que a sociedade atual é definida por tarefas cotidianas que definem o indivíduo, como trabalhar, se alimentar, dormir, e estas são feitas geralmente em grupos, em diferentes lugares e com um conjunto de pessoas, que dependem de outras pessoas, criando um ciclo de participantes diários da nossa própria vida. Estes processos acabam por ser naturalizados no convívio, sendo feitos sem um planejamento ou um plano racional para tal.

Assim, ao utilizar-se a teoria de Goffman (2008) sobre instituições totais, percebe-se que a primeira característica central de tais instituições se encontra no fato de que todas essas tarefas “naturais” à vida do indivíduo serão agora realizadas em apenas um lugar, com praticamente o mesmo círculo de pessoas e sob uma única autoridade. E todas essas pessoas são tratadas da mesma forma, devem agir de forma igual e são, em sua maioria, obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto com os demais.

Os manicômios, também conhecidos como hospitais psiquiátricos, perderam espaço na lógica de tratamento em saúde mental a partir da iniciativa da luta antimanicomial. Apesar de ainda existirem e serem uma resistência conservadora na busca por tratamentos humanizados, estas instituições contam com uma ferramenta muito potente para que suas regras e políticas de funcionamento sejam mantidas: os psicofármacos. Os medicamentos utilizados para o tratamento e diagnósticos de pessoas com transtornos mentais criam o que pode ser considerado como manicômio químico.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A questão é que, como todo medicamento, os efeitos colaterais são muitas vezes indesejados. O tratamento que tem como foco e única alternativa à medicalização excessiva, carrega consigo um caminho cheio de limitações e inibições do que o ser humano realmente é. Situações cotidianas e necessárias da vida podem se tornar um pesadelo diante o controle das medicações.

A medicina torna-se, com o tempo, uma instituição de controle social maior do que as religiões e leis.

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição. (MÉSZÁROS, 1987, p. 32)

O controle dos corpos no sistema capitalista é uma prática de séculos que é exercida por várias instituições, e tem a exploração de trabalhadores como mecanismo central. Os caminhos para instituir este controle através da saúde mental são diversos: isolar, medicar, excluir. É preciso apontar as problemáticas da medicalização excessiva em tempos de avanço do neoliberalismo.

Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica. (MÉSZÁROS, 2000, p. 8)

O homem passa a ser dominado e controlado pela própria riqueza que produz, vivendo as correntes opressoras do sistema capitalista. Um dos fatores que são precisos nesse processo é o trabalho. O trabalho é constitutivo do ser social e é através dele que produzimos as mediações da reprodução e sobrevivência dos indivíduos. Quando retiramos dos sujeitos as possibilidades de criar e manter suas relações, retira-se sua capacidade de viver e existir em sociedade. (MARX, 2013)

Sendo assim, o exército industrial de reserva apontado por Marx (2013), cria uma relação de dependência no sistema capitalista. Mesmo o trabalho ocupando um lugar tão central na vida dos seres humanos, não é possível exercê-lo com dignidade numa sociedade dividida em classes sociais. O autor afirma que é preciso

PROMOÇÃO



APOIO



um índice de desemprego, de mão de obra barata, para que o capitalismo continue existindo.

Os debates entre saúde mental e capitalismo parecem não caminhar juntos. Sendo o trabalho central e ontológico ao ser social, quais os reflexos do desemprego na população? “Sim, o trabalho passa a ser a via de acesso para o lugar social, pois o sujeito só tem o reconhecimento de sua existência, caso produza. Entretanto, quando já não é mais produtivo a sua locação deixa de existir, pois não tem mais como pagar o aluguel social.” (WICKERT, 1999, p. 68)

Em 1948, o conceito do que se considera saúde foi modificado pela Organização Mundial da Saúde - OMS: “saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.” (BORGES, 2017, s.n.) Considerando esta afirmação, a saúde é composta por vários elementos determinantes para a vida dos indivíduos. O bem-estar físico, mental e social é atravessado por diversas questões que se relacionam, principalmente, com o trabalho.

A relação existente entre o desemprego e os transtornos mentais ainda não está totalmente compreendido. Contudo, alguns autores destacam a existência de certos tipos de desemprego, como por exemplo, a saída de um emprego monótono e repetitivo, limitador das habilidades do indivíduo, como fonte de consequências positivas, da mesma forma que certos empregos têm efeitos negativos sobre a saúde mental. (EZZY, GRAETZ, 1993 *apud* PINHEIRO, MONTEIRO, 2007)

Ao criar o método de análise da sociedade, o materialismo histórico dialético de Marx (2013) compreende que a sociedade dividida entre classes sociais tem, além das instituições, o Estado como entidade que favorece os interesses da classe dominante, seja este formado pela burguesia ou pelo proletariado. Sendo assim, em um sistema em que o capitalismo é o principal, o Estado se consolida através da classe dominante burguesa.

Assim, no que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. (MÉSZÁROS, 2015, p. 107)

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O Estado funciona como um mediador dessas relações de produção e o capital. Quando as relações de produção são alienadas, o seu consumo também será. A medicalização da vida pode ser atribuída a essas relações do capital, pelas quais criam-se diagnósticos para que algo, enfim, possa ser curado através do que é produzido pelo sistema. Segundo Mészáros (2000), ao discutir sobre o sistema orgânico entende-se que esse tipo de sistema atinge sua totalidade, ocupando todos os componentes da sociedade até que tenha conquistado sua plenitude.

A desvalorização da força de trabalho sempre foi a resposta instintiva dos capitalistas à queda de lucros. Mas a generalidade dessa afirmativa esconde alguns movimentos contraditórios. As novas tecnologias aumentaram o poder de certas camadas privilegiadas; ao mesmo tempo, sistemas alternativos de produção e de controle do trabalho abrem o caminho para a alta remuneração de habilidades técnicas, gerenciais e de caráter empreendedor. (HARVEY, 2004, p. 179 e 181.)

A transformação do sistema capitalista ao longo dos anos perpassa pela modificação das relações de produção. Conforme apresentado por Harvey (2004), o trabalho ganha novos formatos de acordo com o avanço da tecnologia. A lógica de uma produção fordista no início do século XX já colocava o proletariado em condições precárias de trabalho, com carga horária excedente e sem acesso ao mínimo de direitos.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 2004, p. 143)

A acumulação flexível é o ponto principal do debate quando se trata de desemprego e saúde mental. O termo apresentado por Harvey (2004) propõe a discussão sobre as novas relações de trabalho estabelecidas no mundo capitalista. A falta de vínculo empregatício com a empresa, as condições de trabalho e a lógica empregada do trabalhador empreendedor, fazem com que a classe dominada esteja em constante adoecimento físico e mental. O avanço tecnológico faz com o que o trabalho vivo seja cada vez mais substituído pelo trabalho morto, exercido pelas máquinas. (MARX, 2013) Procura-se pessoas qualificadas, que aceitem realizar o trabalho de dois ou três funcionários pelo salário de um, e estabeleçam uma relação quase familiar com o trabalho.

PROMOÇÃO



APOIO



A ideia de liberdade e flexibilidade (trabalhar quando e onde quiser) propagada pelas empresas constitui, na verdade, a transferência deliberada de riscos para aumentar o controle sobre os/as trabalhadores/as, pois essa liberdade significa ausência de salário garantido e incremento de custos fixos que se convertem em responsabilidade dos mesmos. (ANTUNES, 2020, p. 33)

Em contrapartida, algumas resistências se fazem presentes ao longo da história e a busca por uma intervenção estatal mais democrática e que incluía a todos se estabeleceu na história do país. Mesmo na lógica capitalista e neoliberal, a construção de uma saúde universal, ampla e integral veio com muitas lutas e reivindicações.

O movimento de Reforma Psiquiátrica também fez parte do processo histórico de lutas no Brasil. Assim como a Reforma Sanitária, o movimento que seria conhecido como luta antimanicomial, posteriormente, ganhou força e visibilidade para os sujeitos em sofrimento mental e as formas de tratamento psiquiátricos.

4 MEDICALIZAÇÃO DA VIDA NA PANDEMIA: o que os números apontam?

Como já sinalizado, vivemos em uma sociedade capitalista em que o trabalho assume algumas características específicas. O trabalho é um imperativo para sobrevivência. No entanto, vivenciamos um processo de aumento significativo de desemprego, o Brasil ocupa o 9º lugar no ranking dos países com maior índice. Além do desemprego, nos últimos anos temos vivenciado diversas mudanças no mundo do trabalho, a flexibilização das leis trabalhistas, o crescimento do trabalho informal e precarizado, entre outras. Destarte, as relações de trabalho são cada vez mais complexas na dinâmica da acumulação flexível, o discurso e de um trabalho flexível que se adapta às condições e realidade do trabalhador, mas que na verdade vela todo processo de exploração (ANTUNES, 2018).

Neste sentido, altos índices de desemprego, queda do número de postos de trabalho formal, crescimento do trabalho informal e precarizado, a flexibilização e retrocesso das leis trabalhistas com a instituição de reformas é o contexto que marca a realidade brasileira. Isto evidencia que a sociedade capitalista não fornece condições reais para a sobrevivência da classe trabalhadora. Assim, o trabalho que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



é ontológico ao ser humano, na sociedade capitalista assume uma configuração alienada e alienante, bem como sua ausência e as péssimas condições de sua realização provocam processos de sofrimento psíquico.

Diante desta conjuntura, esses processos são constituintes do que é entendido como ser humano, faz parte da condição humana sofrer com todas essas mudanças. Além disso, como já mencionado, vivemos em uma sociedade que produz sofrimento pela própria constituição da sua estrutura. Isto quer dizer que a sociedade capitalista cria formas de nos adoecer para nos vender remédios e lucrar com a nossa dor.

Neste sentido, segundo Netto (2006, p. 142): “desenvolvimento capitalista é, necessariamente e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza”. E podemos acrescentar que essa produção contraditória e planejada conduz a um adoecimento em massa que é estratégico para a produção de medicamentos em grande escala, o que mantém sempre vivo o ciclo de produção e reprodução do capital.

O Brasil, desde 2016, lidera o ranking dos países com maior índice de pessoas com depressão, com aproximadamente 36 milhões de pessoas afetadas. Durante a pandemia, os diagnósticos de ansiedade e depressão aumentaram cerca de 50%. De acordo com os estudos de Lima et al (2022), Brito e Abreu (2021), Meira et al (2021), Silva et al (2021) juntamente com o aumento de diagnósticos houve também um crescimento significativo no uso de medicação durante a pandemia.

Na avaliação feita por Meira et al., (2021), os autores compararam o consumo médio de ansiolíticos e antidepressivos, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do Distrito Federal. Para isso foi considerado o intervalo de tempo de fevereiro a agosto do ano antes da pandemia (2019) e o mesmo intervalo de tempo no ano de 2020, ano de início da pandemia. De acordo com o levantamento dos autores, um aumento expressivo de 325,33% no consumo do antidepressivo Imipramina 25 mg, comparando os dois períodos avaliados, foi observado. Já dentre os ansiolíticos, o Clonazepam de 2,0 mg foi o que apresentou o maior consumo médio mensal na UBS (22,18%). Esse achado corrobora com os dados observados por Oliveira et al., (2021), que também evidenciaram um aumento para o Clonazepam, ao avaliar o consumo destes medicamentos ansiolíticos e psicotrópicos na cidade Guaraí, estado do Tocantins (LOPES et al, 2022, p. 8).

Esses dados corroboram a afirmação supracitada, de como o capital se beneficia, lucra com a produção da doença e alimenta um ciclo vicioso e interminável de medicalização da vida. Isto evidencia como a preocupação não é

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

com a saúde da população, ou com a cura, prevenção ou tratamento de doenças, mas com a obtenção do lucro.

Um importante levantamento realizado no país comprovou aumento de até 113% na procura de medicamentos destinados ao tratamento de ansiedade, depressão e insônia comparando os seis meses anteriores à pandemia com o respectivo período recente de agosto de 2020 a fevereiro de 2021. O aumento mais expressivo de buscas foi pelo Hemitartarato de Zolpidem destinado ao tratamento da insônia e em sequência Cloridrato de Fluoxetina, Oxalato de Escitalopram, Sertralina e Clonazepam destinados ao tratamento de depressão e transtornos psicológicos (MEDICINA S/A, 2021). Ademais, uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Farmácia demonstrou que a venda de antidepressivos e estabilizantes de humor aumentou em 14% no Brasil em 2020 se comparado ao ano de 2019, sendo que este aumento possui íntima relação com fatores como desemprego e isolamento social (CFF, 2020). (GOMES, et al. 2022, p. 96).

É necessário salientar, que a medicação é apresentada como único meio rápido e eficaz para o tratamento dos transtornos de ansiedade e depressão. O que não se apresenta como verídico, visto que os índices de dependência de ansiolíticos e de outras medicações utilizadas para este fim são nitidamente altos. Ou seja, não há a cura por meio da medicação, mas sim um consumo sistematizado que sustenta o capital.

CONCLUSÃO

Com a realização deste estudo foi possível constatar que as novas configurações do mundo do trabalho, combinadas com o contexto da pandemia da covid-19 e a realidade do atual desgoverno trouxeram impactos significativos para a vida da população em geral, sobretudo da classe trabalhadora, a mais afetada pela covid-19, pelo desemprego, pela fome.

É certo afirmar que todas essas mudanças afetaram material e subjetivamente a classe trabalhadora, que não tinha/tem que comer e nem como trabalhar. E por isso que esta reflexão se faz necessária, porque sinaliza a relação das condições materiais com a saúde mental.

Como sinalizado, a saúde não pode ser entendida como ausência de doença e sim em sua totalidade, compreendendo todos os determinantes e condicionantes. No âmbito da saúde mental, embora tenhamos muitos avanços tanto na sua compreensão como no seu trato, identificamos que um modelo de saúde centrado

PROMOÇÃO



APOIO

no saber médico ainda prevalece, e isso pudemos identificar com esta pesquisa que sinaliza como o uso de medicamentos aumentou durante a pandemia.

Isto se dá por alguns motivos não estanques e absolutos, vivemos em uma sociedade capitalista que existe para e pelo lucro e que se beneficia da produção de remédios em larga escala, e também porque com o uso de uma medicação surgem tantas outras, isto quando essa medicação também não se torna de uso contínuo. Outro benefício ao capital é que seres constantemente medicados, entorpecidos, anestesiados não se rebelam contra o sistema. Assim, se tornam alvos fáceis de manipulação e dominação.

Neste sentido, foi possível concluir que o sistema capitalista adocece e vende medicamentos que por vezes nos impedem de sentir e viver a dor do que é ser humano. Isto porque não temos tempo para viver o luto, para identificar e lidar com os sentimentos, porque tempo é dinheiro e o dinheiro nutre as relações dessa sociedade. Para isso, vivemos um processo constante de medicalização da vida que nos conduz rumo ao adoecimento crônico que alimenta o sistema e retira toda nossa potência enquanto sujeito e enquanto classe capaz de se organizar e alterar as estruturas dessa sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALVES, Aline. et al. **Medicalização do luto: limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia**. Cadernos de Saúde Pública, ISSN 1678-4464, 37 nº.9. Rio de Janeiro, Setembro, 2021.

BORGES, Leonardo. **Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social**. 2017. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2017/06/o-que-e-saude.html>. Acesso em: 29 ago. 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Coordenação de Estudos Legislativos – CEDI**. Brasília, DF: 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Brasília, DF :2005b.

Brito, L. F., & de Abreu, T. P. (2021). **O aumento do consumo de álcool e de benzodiazepínico: alprazolam no período da pandemia do COVID-19**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 7(10), 1791-1798.

CAPONI, Sandra. **Neuronarrativas - A hipocrisia institucionalizada da medicalização da saúde mental**. Disponível em:
http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5512&secao=444. Acesso em: 12 de set. 2021

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
_____. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2006

FRANCES, Allen. **Gastamos muito dinheiro para tratar pessoas normais, diz psiquiatra**. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2016/09/1811982-gastamos-muito-dinheiro-para-tratar-pessoas-normais-diz-psiquiatra.shtml>. Acesso em: 12 de set. 2016

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GOMES, Bernardo. **Análise do uso de psicofármacos no Brasil no contexto da pandemia da COVID-19**. Archives of Health, Curitiba, v.3, n.2, p.94-98, special edition, mar., 2022. ISSN 2675-4711.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 701-718.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, saúde e doença**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Lima, A. C., et al. (2022). **Farmacoepidemiologia e impactos dos transtornos de ansiedade e o uso abusivo de ansiolíticos antes e durante a pandemia da CODIV-19**. Research, Society and Development, 11(5), e36111528340-e36111528340.

LOPES, Josyany. **Uso elevado de psicofármacos durante a pandemia da COVID-19: uma análise a partir de levantamentos epidemiológicos**. Research, Society and Development, v. 11, n. 8, e47511831180, 2022 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i8.31180>.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

Meira, K. L. et al. (2021). **Impacto da pandemia pelo novo corona vírus no perfil de consumo de ansiolíticos e antidepressivos na atenção básica do Distrito Federal, Brasil**. Infarma-Ciências Farmacêuticas, 33(4), 363-369.

MÉSZÁROS. **A crise estrutural do capital**. In: Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 4. 2000.

_____. **A necessidade de controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987

_____. **A Montanha que Devemos Conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PINHEIRO, Letícia Ribeiro Souto; MONTEIRO, Janine Kieling. **Refletindo sobre desemprego e agravos à saúde mental**. Cad. psicol. soc. trab., São Paulo, v. 10, n. 2, p. 35-45, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172007000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 ago. 2022.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central**. 33ª Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social. Santiago do Chile, 28/31 de agosto de 2006.

SILVA, R. D.; et al. (2021). **Dispensação de ansiolíticos e antidepressivos em farmácias privadas durante a pandemia de COVID-19 antidepressivos em farmácias particulares durante a pandemia COVID-19**. Temas em Saúde, 21(6), 314-333.

WICKERT, L. F. (1999). O adoecer psíquico do desempregado. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 19 (1), 66-75.

PROMOÇÃO



APOIO